

EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM JARDIM-MS: POR QUE VALORIZÁ-LOS?

CULTURAL FACILITIES IN JARDIM-MS: WHY VALUE THEM?

Eduardo Henrique de Oliveira Lima¹
Evandro Dias da Silva²

Resumo: Ao longo de mais de quatro anos trabalhando no Museu da CER-3 (Comissão de Estradas de Rodagem nº 3) e no Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna (CHRL), sempre somos questionados da real importância dos equipamentos culturais existentes no município de Jardim-MS. Estes locais salvaguardam a memória da formação territorial jardinense. Para se compreender quem é o seu povo, são paradas obrigatórias. São bens culturais que constituem, simultaneamente, patrimônio material e imaterial, zelados por aqueles que se dispõem a serem seus guardiões. Inclusive, estes bens são a salvaguarda perpétua da memória do desenvolvimento local. A partir da apresentação de referências teóricas, dados e experiências pessoais, este artigo se propõe a demonstrar a importância de valorizar a temática cultural.

Palavras-chave: Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna. CER-3. Equipamento Cultural. Formação Territorial. Retirada da Laguna.

Abstract: For more than four years working at the Roads Commission nº 3 Museum (Roads Commission No. 3) and at the Laguna Withdrawal Heroes Cemetery (CHRL), we have been asked about the real importance of the cultural facilities in Jardim city. These sites safeguard the memory of Jardim-MS territorial formation. In order to understand its people, these facilities end up becoming mandatory stops. They are cultural goods that constitute, simultaneously, material and immaterial patrimony, cared for by those who are willing to be their guardians. Even these goods are the perpetual safeguard of the memory of local development. Based on the presentation of theoretical references, data and personal experiences, this article aims to demonstrate the importance of valuing the cultural theme.

Keywords: Laguna Retreat. Heroes' Cemetery. CER-3. Cultural equipment. Territorial Formation. Withdrawal of Laguna.

Introdução

O nome da vila fundada em 1946 foi inspirado numa fazenda criada nos idos de 1840, por pecuaristas oriundos de Minas Gerais. As terras dessa fazenda se tornaram palco da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Até hoje, o lugar conhecido como Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna (CHRL) rememora alguns dos episódios mais marcantes dos eventos bélicos.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Sargento de Carreira de Engenharia do Exército Brasileiro. E-mail: dhuardhu@yahoo.com.br.

² Licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Sargento de Carreira de Comunicações do Exército Brasileiro. E-mail: sgtevandrodias@gmail.com.

A fundação da Vila Jardim se deu por militares e civis que se encontravam ao sul do então Mato Grosso (SMT) desde meados dos anos 1930, incumbidos de implantar o modal rodoviário nesta região, dentro da política de Estado “Marcha para o Oeste”³. A Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 (CER-3), órgão federal que por 40 anos (1945-1983) cumpriu esta missão, dando continuidade a este legado do Exército enquanto agente da formação territorial.

Este artigo aborda os dois espaços culturais do município de Jardim que servem de marcos histórico-geográficos, pois nos ajudam entender a história e o processo de ocupação, integração e criação de identidade na região sudoeste do que é o Mato Grosso do Sul atual. Esses espaços são entendidos como equipamentos culturais.

Os equipamentos culturais são “arquitecturas de referência no espaço urbano, que, hoje como outrora, são “produzidas” por conjunturas políticas e culturais singulares, e que, por isso mesmo, se tornam, elas próprias, “reprodutoras” de novas e determinantes conjunturas” (GRANDE, 2009, p.17).

Além do espaço cultural da CER-3 e do CHRL, analisados desse trabalho, existem em Jardim outros tantos equipamentos culturais que podem ser objetos de futuras pesquisas. Alguns deles são: os primeiros prédios públicos do município, a igreja de Santo Antônio, o coreto da Praça Getúlio Vargas, a “Ponte Velha” (ponte em arco que liga os municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna), entre outros. Todos eles são referência para a história da construção de Guia Lopes da Laguna e Jardim-MS.

O CHRL é fruto dos acontecimentos da Epopeia da Retirada da Laguna (1867), episódio da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) desdobrado ao longo do sul da Província de Mato Grosso. A guerra é mais que um ato bélico, é um evento político, cultural, econômico, social, etc. Neste contexto, o CHRL acaba sendo espaço de ressonância não apenas cultural, mas também político, social e econômico que perpassa a história de Jardim, e a história nacional.

O Museu da CER-3⁴, espaço cultural da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (4ª Cia E Cmb Mec), também é um exemplo disso, pois abriga tanto relíquias do evento bélico supracitado como da história da CER-3. Esta foi implantada em 25/02/1945, com a missão de integrar a região ao restante do país por meio de rodovias, consolidando Jardim como ponto nodal da integração meridional do então Mato Grosso uno.

³ Foi um movimento ocorrido durante a Era Vargas (1930-1945), especificamente durante o Estado Novo (1937-1945) (ARRAIS, 2016).

⁴ O espaço foi criado em 15 de maio de 1993 com o nome “Museu da CER-3”. Recentemente, por meio da Portaria 382, do Comandante do Exército, de 20 de março de 2019, tendo alterado a sua denominação para “Sala de Exposição da CER-3”.

Tomando como ponto de partida a década de 1940, o processo de formação territorial de Jardim teve o protagonismo dos funcionários da CER-3 na construção da malha rodoviária (BR-262; BR-419; BR-267), o que possibilitou sua integração com o território nacional, dinamizando sobremaneira a região.

Grande (ibidem) afirma que “na procura de um título aglutinador, que revelasse essa relação entre o projecto arquitectónico e o universo cultural, nos níveis político, programático e espacial, estabelecemos a denominação de Arquitecturas da Cultura”.

Neste sentido, arquiteturas de cultura são todas as construções que agreguem íntima relação entre o construído e a Cultura, em todos os níveis e esferas. Desta forma, o CHRL (contexto da Guerra) e o Museu da CER-3 (contexto da construção de estradas), ambos equipamentos culturais, são referências ao se analisar tanto a formação territorial da Fronteira Oeste como o processo de urbanização de Jardim e região. Dessa forma podem ser considerados também arquiteturas de cultura.

Noções importantes a serem frisadas aqui se referem ao conceito de patrimônio (material e imaterial). O patrimônio, por si só, são “quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade”⁵. Ambos os citados atendem a esta definição.

Os bens culturais de “natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e (...) acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”⁶.

Já os “bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em (...) lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”⁷.

Neste artigo vamos apresentar a contextualização que envolve os dois equipamentos culturais/arquiteturas de cultura que são objetos desta análise. Será evidenciado todo este patrimônio, tangível ou não, repleto de elementos histórico-geográficos importantes para a formação territorial não somente de Jardim, mas do próprio Brasil.

⁵ Quarto significado do dicionário “Michaelis on-line”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>. Acesso em: 12/09/2019.

⁶ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/>. Acesso em: 12/09/2019.

⁷ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 12/09/2019.

Procedimentos metodológicos

Na elaboração deste estudo foram recolhidos dados primários e secundários. Os dados primários vieram da leitura dos boletins internos da CER-3 entre 1945 e 1983, aqui encontramos além do histórico da Comissão, importantes registros que já demonstram alguns cuidados realizados com o CHRL desde a década de 1940. No que tange à obtenção de dados secundários, foi realizada revisão bibliográfica que se mostrou bastante pertinente, no sentido de fornecer o arcabouço teórico necessário para a construção deste artigo, além de, logicamente, toda a experiência acumulada nestes anos com a gestão dos bens culturais jardinenses sob análise.

A proximidade que temos com os objetos de análise neste artigo constitui num desafio a ser superado na sua produção. Lévi-Strauss (1975, p. 215) ensina que numa “ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”. Este artigo nasce nesta perspectiva.

A dimensão cultural do espaço

A dimensão cultural do espaço, antes de qualquer coisa, é uma perspectiva de análise geográfica. A produção do espaço está intimamente relacionada à cultura. Entendemos cultura enquanto o “conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social”⁸.

Em outras palavras, é o conjunto daquilo que é transmitido e inventado através das gerações de um mesmo grupo. Esta é a realidade onde os valores, tradições, padrões de comportamento e ideias são perpetuados, criados, aperfeiçoados, a cada nova geração. Em síntese, consiste na forma em que o espaço é construído a partir da trajetória cultural de um povo. Um ciclo dinâmico, ininterrupto, em permanente transformação.

Corrêa (1995, p.10) ensina que as “formas espaciais, através das quais o simbolismo ganha materialidade, constituem, por outro lado, meios através dos quais a cultura é modelada.” Tratando da temática deste artigo, percebemos que os equipamentos culturais existentes são ferramentas através das quais o imaginário, os valores, as tradições e todo um legado é construído e passado ao longo do tempo. Constitui a identidade de um povo, um referencial no qual um grupo se identifica e encontra as suas origens.

⁸ Sétimo significado do termo cultura, no dicionário “Michaelis on-line”. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cultura>. Acesso em 07/07/2019.

Ainda segundo Corrêa (ibidem, p. 17), um tema a ser investigado é “o caráter simbólico dos prédios, monumentos, praças, ruas, cidades, regiões ou montanha, vale, rio ou área florestal, entre outros, para os diversos grupos sociais, étnicos, religiosos, etc”. Seguindo este conselho, a seguir será demonstrado todo o contexto histórico-geográfico que torna os equipamentos culturais de Jardim-MS plenos de simbolismo.

A formação territorial da Bacia do Prata

A formação territorial dos países integrantes da Bacia do Prata tem desenvolvimento complexo. A consolidação territorial do Brasil e de seus vizinhos pretere à invasão ibérica. O Tratado de Tordesilhas (1494) antecede em seis anos a chegada portuguesa às terras atualmente brasileiras. Em 1750, a assinatura do Tratado de Madri, dá início ao esforço diplomático pela caracterização dos limites do território português nas Américas. Daí em diante, o processo de delimitação das fronteiras brasileiras caracterizou-se por diversas negociações com as nações lindeiras.

Desde 1524, com Aleixo Garcia, tendo ápice no século XVII: as regiões do Rio Iguatemi, Rio Ivinhema, Serra de Maracaju e a região de Vacaria eram testemunhas de intensas rotas (fluxos) fluviais (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991). O atual corredor de bens, capitais, serviços e pessoas para o Sudeste, em que se transformou o Mato Grosso do Sul, tem sua gênese nesta peculiar formação territorial acima descrita (ABREU, 2001).

Portugueses e espanhóis disputaram essa região nos séculos XV e XVI, tendo os desdobramentos dessas disputas reverberados nas Nações que nasceram do processo de independência da América Ibérica, dentre elas, Brasil e Paraguai. Já no século XIX, a derrota lopizta na Guerra da Tríplice Aliança sepultou qualquer pretensão paraguaia pelo controle destas rotas (da Bacia do Prata), uma vez que o Império Brasileiro e Buenos Aires saem fortalecidos do embate, enquanto o Uruguai consolida-se como Estado-tampão.

Aprofundando o debate podemos dividir a Guerra da Tríplice Aliança em três momentos: ofensiva paraguaia; contraofensiva brasileira e caça à Solano Lopez. Neste segundo momento se insere a Retirada da Laguna.

O ataque paraguaio ocorreu após intervenção brasileira no Uruguai, em 1863, que pôs fim à guerra civil uruguaia ao depor o presidente Atanasio Aguirre, do Partido Blanco, e empossar seu rival colorado, Venancio Flores. Solano López buscava barganhar acesso ao Prata e empreende a agressão ao território brasileiro. Ele esperava ser apoiado pelos blancos e caudilhos argentinos. Acabou não acontecendo: os blancos foram depostos com o apoio argentino. Se por um lado o Império buscava garantir os

interesses de estancieiros gaúchos em território uruguaio, os argentinos tinham interesses comerciais não respeitados pelos blancos (LIMA; MATTOS, 2018, p.3-4).

A formação dos Estados Nacionais Platinos ao longo do século XIX se desenvolveu de forma intensa. O próprio conflito bélico serviu de forma a consolidar em grande parte a conformação política que evidenciamos, atualmente, na América do Sul. Com a invasão paraguaia no território sul da Província de Mato Grosso, consumada em dezembro de 1864, o Império se viu compelido a providenciar uma resposta à altura. Uma tropa diversionária⁹ foi parte integrante da tática imperial, de forma a proporcionar um ataque mais efetivo pelo sul do Paraguai.

A Epopeia da Retirada da Laguna resultou de uma profunda negligência logística, fez parte dessa resposta à invasão do território (Mapa 1). Após o exaurimento do gado de José Francisco Lopes¹⁰, este leva a coluna brasileira a avançar até Laguna no Paraguai, em busca de ressuprimento e também para retribuir a agressão sofrida. Devido ao insucesso, inicia-se a retirada¹¹.

A retirada é uma operação retrógrada em que uma força militar, que não está em contato com o inimigo, afasta-se dele para evitar combater. Se a força militar que executa a retirada estiver em contato com o inimigo, terá de executar, primeiro, o desengajamento do combate. Também pode ser executada quando a capacidade de resistência à ação inimiga deixou de ser eficaz. Visa a preservação da tropa, bem como, alertar oportuno de ataque ou contra-ataque inimigo.

Após deixar o território paraguaio em Retirada, no início de maio de 1867, a tropa comandada pelo Coronel Carlos Camisão buscava refúgio na fazenda Jardim, do Guia Lopes. Assim chegaram em 27 de maio de 1867 à margem esquerda do Rio Miranda, no lugar hoje conhecido com Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna.

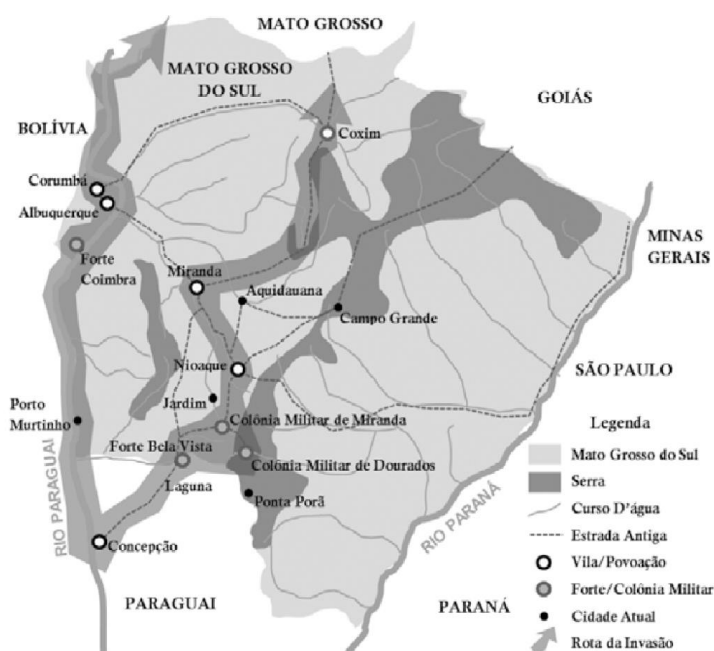
⁹ A tropa foi enviada para o Mato Grosso para divertir (entreter) os paraguaios. “A invasão de Mato Grosso pelo exército paraguaio causou profunda indignação às autoridades do Brasil, embora tenha sido uma represália a invasão do território uruguaio por tropas brasileiras, o ato foi condenado e encarado como traiçoeiro pelas autoridades do Brasil Para retomar a Província invadida, o Ministro da Guerra do Império (...) passou a organizar uma Força Expedicionária com o propósito de “divertir” (manobra estratégica utilizada na guerra para iludir o inimigo quanto ao real propósito do atacante ou para forçar a divisão das forças) os paraguaios que se encontravam na posse de todo o território” (ESSELIN; JÚNIOR, 2018, p. 9).

¹⁰ Proprietário da então Fazenda Jardim, compreende atualmente a porção territorial dos municípios de Guia Lopes da Laguna e Jardim.

¹¹ Uma das manobras mais difíceis de se executar, por parte de um grande exército, é a retirada. Ceder território é desmoralizante e passa o sentimento psicológico de que a derrota se aproxima. Mas, independentemente dessa situação ser constrangedora, um bom comandante precisa garantir que seus exércitos consigam se reagrupar, ganhando condições operacionais para enfrentar as próximas batalhas.

Por conta da ocorrência de fortes cheias no Rio Miranda, a coluna ficou detida por 5 dias no acampamento montado à margem esquerda, onde tombaram o Coronel Camisão, seu imediato Coronel Juvêncio e José Francisco Lopes, o Guia Lopes (DALMOLIN; SOUZA, 2011). Todos abatidos pela cólera. A sede da fazenda estava, aproximadamente, a 1500 metros dali, do outro lado do rio.

Mapa 1. Rotas percorridas pelos paraguaios, no Mato Grosso do Sul. Autor: Niedson de Carvalho Mendonça.



Fonte: ESSELIN; JÚNIOR, 2018, p. 221.

A esta altura, o corpo de tropa estava reduzidíssimo: não havia mais Artilharia, a coluna estava sem as carretas boiadeiras, sem a banda de música (fundamental para manter elevado o moral dos combatentes), sem centenas de soldados. Intactos apenas os canhões e as bandeiras (GUIMARÃES, 1999). Após este período, os sobreviventes chegam até a margem direita, sede da antiga Fazenda Jardim, e de lá prosseguem até a localidade de Porto Canuto (atual Anastácio), onde a coluna se dispersou.

Mais de meio século depois, o Governo Vargas tendo em vista o período instável da Segunda Guerra Mundial e temendo possíveis invasões na porção oeste do território nacional, empreende medidas em prol da ocupação efetiva da região. Para isso cria a chamada “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era incentivar a migração, sobretudo de famílias nordestinas, para projetos de colonização (LIMA; MATTOS, 2018.). Então se fez necessária a criação de uma comissão para a construção de estradas, já que não existe ocupação efetiva sem integração.

O Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna

Em 27 de maio de 1867, as tropas chegam à margem esquerda do Rio Miranda, onde veio a tombar José Francisco Lopes acometido. Dois dias depois, Camisão e Juvêncio têm o mesmo destino.

O nosso chefe Juvencio Cabral de Menezes foi salteado pela enfermidade de modo sensivelmente fraco, mas não houve como tratá-lo por falta de medicamento e cuidados de regimen (...) De manhã, o misero estava todo desfigurado, a ponta do nariz fina, puxada para baixo pelos dedos da morte, os olhos encovados com grandes círculos roxos, cyanóticos. A voz era um fiozinho de falsete, a voz característica dos cholericos (...) Que tarde sombria essa de 29 de Maio! Ameaçava chuva e as pressas entregamos a terra os cadáveres do Camisao e do Juvencio, cujas ossadas foram, em 1874, reconhecidas por causa dos botões das fardas de artilharia e engenheiros (TAUNAY, 1927, p. 138-141).

Diante de 5 dias de fortes chuvas, ficou inviável a transposição em direção à sede da Fazenda Jardim, lar do Guia, dotado de um generoso pomar. Alguns, desesperados com os efeitos do cólera, em busca de alcançar mais rapidamente o alívio nas doces laranjas de Lopes, jogaram-se na água e foram levados pela correnteza¹². Nem mesmo o traçado meandrante do Miranda foi capaz de arrefecer a violência das águas.

Imagem 1. Diferentes perspectivas do CHRL, durante revitalização em 2015.

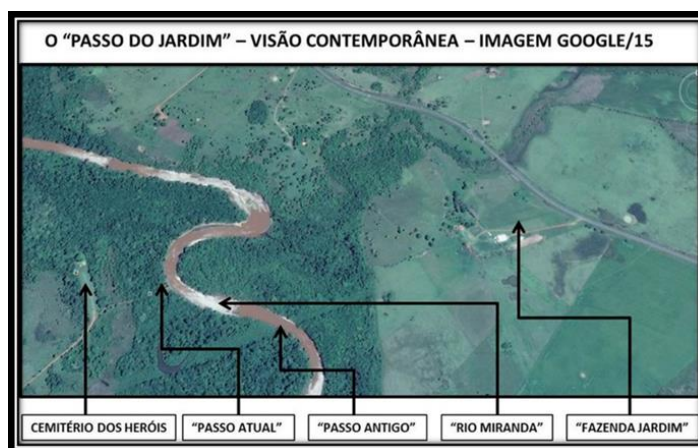


Fonte: <http://guerradoparaguaimatogrossodosul.blogspot.com/2015/10/fotos-da-revitalizacao-do-cemiterio-dos.html>. Acesso em: 15/07/2019.

¹² O Major Gonçalves, relata: “D’esse então, tomei as mais enérgicas providências sobre os meios de passagem do rio Miranda, que se achava muito cheio. Affogando-se por ocasião da transposição duas praças e o Srn. Capitão Antônio Dionizio do Souto Gondim, arreatados pela muita correnteza das águas” (DALMOLIN; SOUZA, 2011, p. 45).

Sendo assim, apenas no dia 1º de junho de 1867 a coluna chega à margem direita, atravessando o chamado “Passo de Jardim” (Imagem 2), consagrando o local de acampamento na margem esquerda como o sítio histórico conhecido atualmente como Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna (CHRL).

Imagem 2. Visão aérea do trecho entre o CHRL e a antiga sede da Fazenda Jardim.



Fonte: <http://guerradoparaguaimatogrossodosul.blogspot.com/2017/05/o-caminho-em-retirada-da-laguna-10.html>. Acesso em: 17/07/2019.

Com o avanço das tropas brasileiras sob o comando de Caxias em incursão pelo Sul do Paraguai¹³, a coluna em retirada deixa de ser perseguida a partir da transposição do Rio Miranda.

Somente no século XXI, mais precisamente no ano de 2006, o local passou a ser administrado pelo Exército, não havendo mais, oficialmente, restos mortais ali depositados¹⁴. Em 1940 foram feitos os traslados para o Memorial dos Heróis de Laguna e Dourados, no Rio de Janeiro, então capital federal.

Hoje em dia, existe por parte de setores do meio acadêmico a intenção de trazer de volta os restos mortais para o CHRL, um movimento similar ao que acontece em relação a obras de arte de origem africana contidos no acervo de museus europeus¹⁵.

¹³ Guerra da Tríplice Aliança VI – Campanha de 1866-1870. Fonte: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro>. Acesso em: 30/08/2019.

¹⁴ É sabido que “os restos mortais dos mencionados heróis não estão no local, já tendo sido há muito tempo (entre 1940 e 1941) trasladados para um monumento na cidade do Rio de Janeiro, o “Mausoléu aos Heróis de Dourados e da Retirada da Laguna”, que está localizado na praça general Tibúrcio, Praia Vermelha, bairro da Urca”. Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/09/local-de-sepultamento-de-herois-da-retirada-da-laguna-e-tombado-em-ms.html>. Acesso em 17/08/2019.

¹⁵ França abre caminho para devolver arte africana da era colonial. Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2018/11/22/franca-abre-caminho-para-devolver-arte-africana-da-era-colonial.htm>. Acesso em: 22/08/2019.

Imagem 3. Monumento dos Heróis da Laguna e Dourados.

Fonte: DALMOLIN; SOUZA, 2011, p. 56.

Logicamente que são dois contextos bastante diferentes: enquanto grande parte das obras de arte saqueadas durante o período conhecido como Partilha da África (1880 – 1914), em que as potências europeias controlaram boa parte do continente africano. No caso do CHRL, o Dr. Armando Pereira em peregrinação por este local no ano de 1925, atestou em seu Livro “Heroes Abandonados” o abandono em que até então era mantido este espaço histórico. Este panorama vem a desembocar no traslado dos restos mortais na década de 1940 para o Rio de Janeiro. Para entendermos melhor todo este processo vamos abordar as origens do CHRL (DALMOLIN; SOUZA, 2011).

Em 1873 o local tem pelo nome de *sepultura dos comandantes militares*, segundo João José de Oliveira Junqueira. Três anos após o fim da Guerra, seis anos após a Retirada, era um espaço reconhecido como o túmulo dos comandantes da Coluna Militar (ibidem).

Imagem 4. Túmulos do Cemitério dos Heróis.

À esquerda, o túmulo do Guia Lopes e, à direita, os túmulos do Coronel Camisão e de seu imediato, Tenente-coronel Juvêncio. O túmulo central será abordado adiante. Fonte: acervo dos autores.

Esta peça de mármore pode ser considerada a única relíquia histórica ainda presente no CHRL. Sua instalação é uma demonstração do reconhecimento por parte do Império dos feitos não somente dos comandantes e do Guia, mas de toda a tropa ao longo de quase 3000 km (GUIMARÃES, 1999) de abnegação, de um esforço hercúleo pela vida.

Com a finalidade de assinalar o jazigo dos heróis da Retirada, em 1873 (DALMOLIN; SOUZA, 2011), o então ministro da Guerra expediu aviso ao Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão – depois Barão e Visconde de Maracaju – que “fosse levantar um singelo monumento de terra ou pedra, que indique, porém, a hierarquia dos oficiais que ali descansam”. Já em 1874 foi colocada a peça de mármore, artigo de maior valor histórico existente atualmente no CHRL.

Imagem 5. “A MEMORIA Dos Beneméritos Cel. Carlos de Moraes Camisão e Tte. Cel. Juvencio M.Cabral de Menezes Comte. e Imto das forças em operação ao sul desta Provincia. Fallecidos na memoravell retirada das mesmas forças em 29 de maio de 1867. O Governo Imperial mandou erigir este Monumento em 1874”.



Fonte: acervo dos autores.

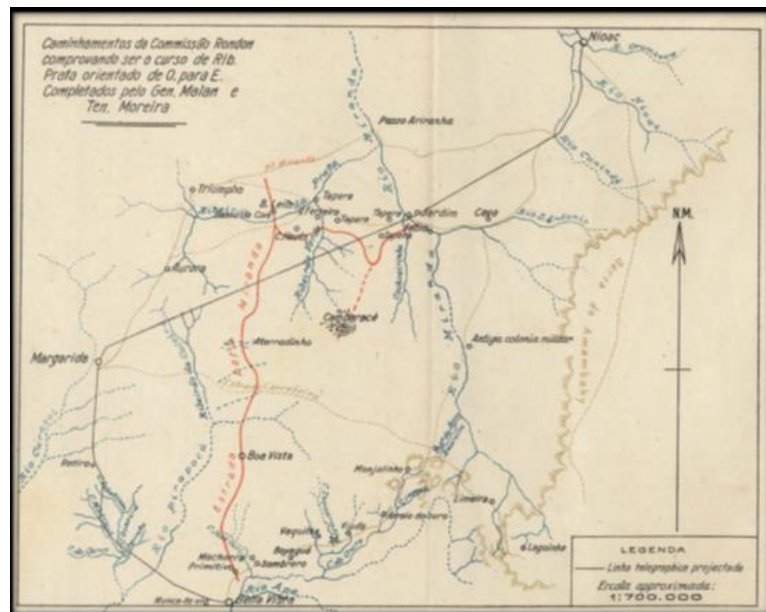
Em 1905 por ocasião da construção da linha telegráfica pela comissão do então Major Cândido Mariano da Silva Rondon, o lugar foi descrito como *sepulturas do Coronel Camisão, Juvêncio e do Guia*. Trinta e um anos após a última intervenção naquele espaço, a ilustre visita é bastante simbólica (GUIMARÃES, 1999).

Mais adiante dentro da segunda tentativa de integração do sul de Mato Grosso uno, conforme supracitado, temos a passagem da Comissão Rondon pelas terras jardinenses. Buscava ampliar o alcance das linhas telegráficas federais. Foi criada a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como “Comissão Rondon”. O objetivo principal consistia em “estender uma linha telegráfica entre as cidades de

Cuiabá e Porto Velho, às margens do Rio Madeira, atualmente localizadas respectivamente nos estados de Mato Grosso e Rondônia” (DOMINGUES, 2010, p. 1).

Este esforço de integrar o espaço sul-mato-grossense se justifica, sobretudo pelas doloridas lembranças da invasão paraguaia durante a Guerra da Tríplice Aliança. As dificuldades logísticas foram em muito agravadas pela falta de comunicação. Esta última se tornou grave problema de Segurança Nacional.

Imagem 6. Passagem da linha telegráfica sobre o Rio Miranda (trecho Nioac – Margarida).



Fonte: D'ANGROGNE, 1926, p. 386.

Após a definição de que o telégrafo passaria pela região da Fazenda Jardim, o então Major Cândido Mariano da Silva Rondon faz questão de passar a linha telegráfica exatamente em frente ao cemitério (conforme podemos observar acima, na Imagem 6), próximo à bifurcação entre os rios Miranda e Cachoeirinha, deixando claro sua pretensão de que aquele local não fosse esquecido, que seguisse sendo cultuado por conta dos que ali tombaram.

Neste mesmo ano (1905), um dos filhos do Guia é sepultado ao lado do pai, sendo o túmulo feito uma década depois. Consiste num grande mausoléu de pedra e cal que possui 2,50 metros de comprimento por 1,40 metros de largura e aproximadamente 1,10 metros de altura, um espaldar de 2,50 metros. Comporta uma inscrição feita de forma precária, mencionando o nascimento e a morte de João Lopes, assassinado em 1905. Este túmulo foi construído por ordem do seu cunhado Clemente Barbosa no ano de 1915 (DALMOLIN; SOUZA, 2011).

Imagem 7. O túmulo central pertence a João Lopes, filho do Guia, sepultado em 1905 (inscrição 195) sendo a confecção do túmulo em 1915.



Fonte: DALMOLIN; SOUZA, 2011, p. 42.

Em 1925, o local era tratado pelo título de *os túmulos de Camisão, Juvêncio e Guia Lopes*. No mesmo período, o General Malan descreveu o local pelos títulos de *a Sepultura do Guia Lopes, os túmulos de Camisão e Juvêncio*. Por constatar o nível de abandono do local, ordena que sejam feitos reparos (ibidem).

Imagem 8. À esquerda, o abandono evidente. À direita, o mesmo lugar após os reparos.



Fonte: D'ANGROGNE, 1926, p. 377.

O Tenente Luiz Moreira em seu relatório ao General Malan, após os reparos efetuados em 1926, trata o local pela denominação de *Cemitério e Campo Santo* (D'ANGROGNE, 1926). Aqui aparece o termo *cemitério* pela primeira vez, muito provavelmente pelo local receber, costumeiramente, os cadáveres dos habitantes locais. O termo “santo” infere uma aura de religiosidade, remetendo ao sofrimento dos que ali tombaram, no sentido que o “sangue derramado seria causa de santificação” daqueles homens.

O lugar também era conhecido popularmente nas redondezas da Fazenda Jardim como *Catacumba de Camisão*, segundo informações recolhidas pelo General Malan entre os herdeiros da Fazenda Jardim que fora pertencente ao Guia Lopes: José Francisco Lopes filho,

Bernardino Francisco Lopes e Fábio Martins Barbosa casado com uma das netas do guia, Deolinda Barbosa Martins (DALMOLIN; SOUZA, 2011).

A partir da década de 1940, após a fundação das cidades de Guia Lopes da Laguna, Jardim, o local passou a ser visitado e cultuado como monumento cívico e histórico, adquirindo a denominação que configura atualmente por *Cemitério dos Heróis da Retirada aa Laguna*¹⁶. Porém a conservação (limpeza e acesso) passaram a ser feitas apenas a partir de 1950, pela CER-3 (ibidem).

A partir do início dos trabalhos, a CER-3 acabou se tornando a herdeira deste legado do Exército enquanto agente da formação territorial do sudoeste do Mato Grosso do Sul. A seguir nos aprofundaremos neste segundo momento do Exército Brasileiro em terras jardinenses.

A título de informação vale destacar que somente no ano de 2016 houve a homologação do tombamento do lugar onde estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Coronel Juvêncio, através da Portaria nº 127, de 30 de agosto.

A Comissão de Estradas de Rodagem nº 3

Este segundo momento de presença militar remonta ao ano de 1939, quando o recém-criado 4º Batalhão Rodoviário transferiu sua sede, do Patrimônio de Guia Lopes da Laguna, na margem direita do Rio Miranda, para as terras do Senhor Fábio Martins Barbosa, localizadas na margem esquerda do mesmo rio. Surgiram assim, ao lado da estrada aberta pelos militares, os primeiros galpões feitos de madeira e zinco. Essa foi a primeira estrutura utilizada pelo 4º Batalhão Rodoviário, a primeira semente daquilo que viria a ser Jardim.

Extinto em 1945, o batalhão deu lugar à Comissão de Estradas de Rodagem nº 3, que passou a ocupar suas instalações às margens da única estrada existente no local. Ela “foi fundamental para o estabelecimento do modal rodoviário na região, bem como para a pavimentação da identidade brasileira nos confins da Fronteira Oeste” (LIMA; MATTOS, 2018, p.1).

Esta foi a terceira tentativa de integração da porção meridional do Mato Grosso pelo Estado. Anteriormente houve a construção das linhas telegráficas pelo Major Marechal Rondon em Aquidauana (1903), Corumbá (1904) e Nioaque (1904). Em seguida houve a construção da

¹⁶ Embora seja conhecido como CHRL, a Portaria nº 127, do Ministério da Cultura, de 30 de agosto de 2016, que homologou o tombamento do cemitério, define aquele espaço como “lugar onde estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Coronel Juvêncio, no município de Jardim, no estado do Mato Grosso do Sul”.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB, entre 1905 e 1914), numa consequência direta da desconcentração urbano-industrial (LIMA; MATTOS, 2018, p. 9):

Neste lapso temporal destacam-se três momentos políticos importantes: a Era Vargas (1930 – 1945), com a construção das primeiras estradas na região; o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a intensificação da construção de rodovias; além do Regime Militar (1964-1985) e sua política de integração nacional, vindo a consagrar o modal rodoviário como o principal meio de transporte.

Um fato extremamente raro na História do Brasil é evidenciado aqui: por aproximadamente quatro décadas (de 25/02/1945 até 31/12/1983, conforme medalha comemorativa colocada abaixo), houve uma política de Estado realizada de forma contínua.

Imagem 9. Medalha comemorativa.



Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

Esta opção buscou mitigar o “arquipélago econômico brasileiro” (COSTA; FARIAS, 2009, p.11.): forma de organização econômica em que os diversos polos econômicos existentes ao longo do território brasileiro mantinham relações muito mais intensas com o mercado exterior do que internamente. A centrifugação econômica brasileira permaneceu evidente apesar desta tentativa, mas certamente contribuiu num importante começo da construção efetiva do mercado interno nacional.

Neste processo podemos ressaltar a urbanização de Jardim. Sua gênese remonta à história da criação da então Vila Jardim no ano de 1946, sendo um capítulo importante da história da participação do Exército na implantação do modal rodoviário no sul do Mato Grosso uno. A CER-3 esteve no centro do processo de integração desta porção territorial ao restante do país.

O início do estabelecimento de um núcleo populacional remonta a outubro de 1937 (QUEIROZ, 1955) quando militares do 4º Batalhão de Sapadores, acampados na margem direita do Rio Miranda, fundaram o Patrimônio de Guia Lopes da Laguna, em terras da Fazenda Jardim. Em 1939, aquele acampamento se transformou em 4º Batalhão Rodoviário, vindo a transferir sua sede para as terras do Senhor Fábio Martins Barbosa, na margem esquerda do rio. Surgiram assim, ao lado da estrada aberta pelos militares, os primeiros galpões feitos de madeira e zinco. Essa foi a primeira estrutura utilizada pelo 4º Batalhão Rodoviário, a semente daquilo que viria a ser Jardim, a vila, fundada em 1946¹⁷.

Extinto em 1945, o 4º Batalhão Rodoviário deu lugar à Comissão de Estradas de Rodagem nº 3, que passou a ocupar suas instalações às margens da única estrada existente no local. O prédio onde atualmente funciona a Seção de Saúde da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, unidade militar sucessora, foi uma das primeiras construções de alvenaria feitas pelo comando da CER-3, ainda na década de 1940.

A imponente edificação ladeada de varandas amplas, no alto de uma suave colina, foi feita para abrigar toda a administração daquela organização militar. Até a década de 1970, quando só existia a ponte em arco de Guia Lopes da Laguna, o principal acesso de Jardim era a estrada de terra que saía daquela ponte e passava em frente ao Pavilhão de Comando da CER-3, o cartão de visitas da cidade.

Imagem 10. Fachada do Pavilhão de Comando da CER-3.



Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

A história da criação da Vila Jardim no ano de 1946 é um capítulo importante da história da participação do Exército e da Engenharia na abertura de estradas de rodagem no sul do antigo Mato Grosso. A CER-3 esteve no centro desse processo de desenvolvimento regional até o ano

¹⁷ O então comandante, Major Alberto Rodrigues da Costa loteou, em 1946, 40 hectares ao redor da sede, área que hoje abriga o centro do atual Município de Jardim-MS (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991).

de 1983, quando foi extinta, passando por um processo que culminaria na instalação da unidade militar que atualmente ocupa suas antigas instalações (a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada).

O Museu da CER-3

Museu é uma instituição de salvaguarda, local onde se realiza o “reencontro” dos fatos e dos processos sociais perdidos. São guardiões da história, da memória e da identidade de um povo.

Diante da necessidade de eternizar os feitos de todos aqueles que construíram o legado da Comissão, ex-funcionários e militares da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, a Organização Militar sucessora, resolvem prover a salvaguarda de tão importante memória.

A primeira equipe nomeada para organizar o Museu da CER-3 foi publicada no Boletim Interno nº 083, de 06 de maio de 1992, da Companhia de Engenharia. O prazo foi de 110 dias para a organização, a equipe responsável era composta pelo: 1º Tenente Gilberto Queiroz Tavares, 1º Sargento João Edson Taveira Silveira e pelo funcionário civil Bernardino Hugo Belmonte.

Imagem 11. Museu da CER-3



Fonte: acervo dos autores.

Meses depois, o Boletim Interno 042, de 04 de março de 1993, publica outra equipe com a finalidade de organizar, manter contato, receber materiais, fotografias, documentos que registrem o período de atividades da CER-3 e, dessa forma, organizar o Museu da CER-3, até o dia 14 de maio de 1993.

Dentro da programação das comemorações do 47º aniversário da cidade de Jardim, na manhã do dia 15 de maio de 1993, contando com a presença de várias autoridades locais e de vários servidores da extinta Comissão, foi inaugurado o Museu da Comissão de Estradas de Rodagem nº 3.

Embora modesto e sem recursos próprios, o Museu é o único espaço cultural que conta a história da CER-3 e de Jardim. Ele vem resistindo ao tempo, contando com o trabalho anônimo de muitos militares que passaram pela 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, desde 1993. Ao longo dos anos tem servido como meio auxiliar de instrução para os quadros militares, sendo referência na formação cultural, e também recebendo diversas instituições civis e militares que vêm em busca de conhecer mais sobre a história local. O Museu da CER-3 é o guardião da história do Exército e da formação territorial de Jardim e região.

Atualmente, no museu é desenvolvido um importante trabalho. O espaço reúne desde objetos da atividade-fim da Comissão, bem como relíquias que são testemunhas das atividades paralelas desenvolvidas pela CER-3, e que muito contribuíram para a formação educacional, cultural e social do povo jardinense. O cinema, o Esporte Clube Jardim e o Educandário Coronel Felício (também conhecido como Educandário da CER-3), são elementos históricos presentes na memória afetiva jardinense e que estão presentes ali.

O museu possui um rico acervo, desde ferramentas topográficas até fotos institucionais e de família. As fotografias mostram militares e seus familiares vivendo em condições extremamente precárias (Imagem 12), nas décadas de 1930 e 1940, permitindo a compreensão das dificuldades vividas por aqueles homens e mulheres. Apresenta ainda, rudimentares equipamentos topográficos (Imagem 14) e até mesmo rádios antigos (Imagem 13) que existiam nas repartições da CER-3, elementos esses que nos ajudam a conhecer e entender um período em que as primeiras estradas de rodagem eram abertas. Já nos lares, o meio de comunicação com o mundo era o rádio.

Imagem 12. Famílias do primeiro acampamento militar (1940).

Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

Esta foto acima retrata o movimento de construção do espaço que deu origem aos patrimônios de Guia Lopes da Laguna (1938) e Vila Jardim (1946), originários dos municípios homônimos. Foram consequências deste esforço pela integração territorial do meridiano do então Mato Grosso (LIMA; MATTOS, 2018).

Esta conjuntura ressalta o papel da CER-3 na construção da identidade sociocultural regional. Por aproximadamente quatro décadas, esteve à frente da construção de toda infraestrutura que possibilitou o adensamento populacional tão desejado (ibidem).

Imagem 13. Rádio utilizado na carpintaria.

Fonte: acervo dos autores.

O acervo do museu retrata isto. O rádio acima é bastante simbólico neste sentido, uma vez que vivíamos a “idade de ouro do rádio”¹⁸. Suas ondas irradiavam na carpintaria as vozes

¹⁸ A idade de ouro do Rádio. Fonte: <https://economia.estadao.com.br/blogs/ethevaldo-siqueira/a-idade-de-ouro-do-radio/>. Acesso em: 19/07/2019.

de Roquette-Pinto, Cesar Ladeira, Almirante, Ary Barroso, etc. Era uma importante “janela para o mundo”, sobretudo o Rio de Janeiro, capital política e cultural do Brasil, à época.

Imagem 14. Material de topografia



Fonte: acervo dos autores.

Outras peças interessantes são os materiais de topografia. Ferramentas puramente analógicas, bem distantes dos tempos atuais onde imperam os instrumentos digitais, de alta precisão. Podemos imaginar quantos quilômetros de estrada foram traçados somente por esta maleta, quantas histórias se passaram por ali?!

Juntamente com o material bélico (da Guerra da Tríplice Aliança), o grande destaque do acervo são as relíquias do Cine Jardim, o cinema da CER-3. Elas levam às lágrimas os visitantes mais idosos que viveram o auge do cinema brasileiro¹⁹, ao frequentá-lo, entre as décadas de 1940 e 1980. Um espaço que contava com capacidade para 450 pessoas e marcou as primeiras gerações de jardinenses, tornou-se parte da memória afetiva da população.

Imagem 15. Cine Jardim: à esquerda, em construção (1946) e, à direita, já em funcionamento (década de 1980).



Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

¹⁹ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/nao-informado/57314-conheca-a-historia-do-cinema-nacional.html>. Acesso em 20/07/2019.

O cinema, demolido em 1987²⁰, foi um importante ponto de convivência social, onde muitas famílias começaram suas histórias, além de importante entretenimento. Deixou profundas saudades nas pessoas que o frequentaram. Em uma época bem anterior às redes sociais, podemos imaginar o que representava em uma sociedade bem diferente da atual, no interior, possuir um cinema.

Na área esportiva e social o acervo também conta com memórias do Esporte Clube Jardim, o espaço onde a população jardinense realizava seus eventos mais marcantes como bailes, festas, formaturas, além de competições esportivas. O clube contava com um time de futebol que por muitos anos competiu na região.

Imagem 16. Espaço do Museu da CER-3 onde ficam as relíquias do cinema: projetores, catraca, poltronas, etc.



Fonte: acervo dos autores.

Imagem 17. Fachada original do Esporte Clube Jardim.



Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

²⁰ Fontes orais atestam 1987 como ano da demolição do cinema, porém Filho e Ota (2012) afirmam que o fato teria ocorrido em 1989.

Em matéria de educação, os objetos e fotografias do Educandário da CER-3 são provas de um tempo em que esta escola foi referência local, marcando época e estando bem viva na memória dos munícipes até hoje.

Imagem 18. Fachada do Educandário Coronel Felício.



Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

De acordo com livro de visitantes, em 2018, o museu recebeu em torno de 700 pessoas, de diversas instituições como: escolas, institutos federais, universidades federal e estadual, projetos sociais, além de militares. Atualmente, recebe visitantes de segunda à sábado com agendamento prévio de pelo menos 48 horas. O museu é gerido por dois militares: um historiador e um geógrafo, autores deste trabalho.

Acervo da Retirada da Laguna existente no museu

Nos últimos cinco anos, diante dos trabalhos de pesquisa realizados por militares com afinidade nesta área histórico-cultural, o Museu da CER-3 vem recebendo também relíquias encontradas na região que remontam à passagem da Coluna Camisão durante a Retirada.

Um dos episódios mais trágicos e marcantes da Epopeia da Retirada da Laguna, durante a contraofensiva brasileira na Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu na noite de 25 para 26 de maio de 1867 (DALMOLIN, 2018).

Em reunião realizada pelo comandante da coluna de marcha, Coronel Carlos Camisão com os seus comandados explicou que, mesmo contrariando todos os seus princípios morais, havia a necessidade de abandonar os coléricos, visando a salvação do restante da expedição, pois não mais seria possível prosseguir naquelas condições.

Por esta razão, os coléricos foram, então, transportados para à direita do ribeirão, na época denominado Rio Prata pelo então Tenente Taunay. Mais de uma centena de coléricos foram deixados entregues à sorte, sob a súplica de um cartaz: “Compaixão para com os

coléricos”. No entanto, mesmo já moribundos, foram mortos com golpes de lança, pelos paraguaios. Mais tarde este ribeirão passou a chamar-se Cambaracê, que na língua Guarani, significa “lugar onde o negro chorou”.

Em 1926, o Tenente Moreira acompanhado de José Francisco Lopes, filho do Guia homônimo, realizou um reconhecimento em busca de identificar o local conhecido como Mata do Cambaracê. Nesta ocasião, foi esculpida em árvore de espécie braúna, na vertical, a inscrição “CAMBARACE”.

Em 2000, encontrava-se em péssimas condições, sendo retirada do local, recebido um preparo, envernizada e hoje se encontra no Museu da CER-3. Imagens a seguir mostram como se deu este ato de resgate histórico-cultural.

Imagem 19. À esquerda, sentado, José Francisco Lopes, penúltimo filho do Guia, junto à militares do 6º Batalhão de Engenharia, sediado em Aquidauana.



Fonte: D'ANGROGNE, 1926, p. 384-385.

Imagem 20. Resíduo da Árvore da espécie Braúna, assinada em 1926 pelo Tenente Luiz Moreira do 6º Batalhão de Engenharia de Aquidauana. Foto recuperada em 1999.



Fonte: DALMOLIN, 2018, p.39.

Na imagem acima percebemos o avançado estágio de deterioração sofrido pela braúna do Cambaracê, importante marco histórico jardinense. Diante de tantas peças que se perderam nestes 150 anos desde o abandono dos coléricos, o tronco é, juntamente com as poucas relíquias encontradas, uma espécie de janela temporal que nos transporta para aquele esforço homérico pela sobrevivência: tanto pelos abandonados como por quem os abandonou.

Imagem 21. Vista da Mata do Cambaracê. Resgatando o Resíduo do troco de braúna assinada em 1926 pelo Tenente Luiz Moreira do 6º Batalhão de Engenharia de Aquidauana.



Fotos recuperadas em 2000. Fonte: DALMOLIN, 2018, p. 40.

Abaixo temos a imagem atual do resíduo da braúna conservado e visitado por centenas de pessoas a cada ano, juntamente com o restante do acervo.

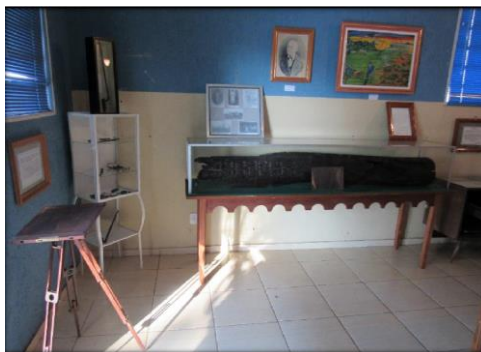
Imagem 22. Lenho de madeira retirado do Cambaracê. Consegue-se perceber a inscrição na parte superior do tronco.



Fonte: Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada.

À esquerda de quem entra no Museu da CER-3, encontram-se as relíquias da Retirada da Laguna, com destaque para o lenho histórico. É certamente a peça de maior apelo relativo aos embates bélicos.

Imagem 23. Local atual do lenho e demais relíquias da Retirada e Cambaracê no Museu da CER-3.



Fonte: acervo dos autores.

Além do lenho, o acervo reúne algumas peças de armamento, encontradas na mata do próprio Cambaracê (atual Fazenda Mimoso) e na localidade da antiga sede da Fazenda Jardim (atual “Comitiva Sertaneja”). Estas relíquias aguçam a curiosidade dos visitantes que, independente de idade, buscam imaginar como os combates se desenvolveram. Existem relatos bem interessantes a respeito, como os que se seguem abaixo.

Imagem 24. Em sentido horário: gatilho, cão, braçadeira de carabina *Minié* 14,8 mm e cão novamente, em outra perspectiva. Taunay retrata a carabina como espingarda.



Fonte: acervo dos autores.

Taunay, repetia o pobre do desgraçado, veja se me arranja algum remediozinho com o Gesteira! (...) Levantei-me e, ao sahir da barraca por noute fria e humida, ouvi ao lado um tiro de **espingarda**. Era o camarada do coronel Camisão que acabava de suicidar-se para não supportar mais as dores que lhe torciam pernas e braços (TAUNAY, 1927, p. 138-139).

Seria alguma dessas peças encontradas parte do armamento utilizado neste episódio fatídico? Nunca saberemos! No entanto passagens como esta, relatadas como acontecidas na

área consagrada como CHRL comprovam a autenticidade e a importância da salvaguarda destes materiais.

Imagem 25. Projétil de chumbo 14,8 mm.



Fonte: acervo dos autores.

“O depósito da Nação continha, entretanto, ainda tantas espingardas, tal numero de clavinas, tamanha quantidade de pólvora, **balas**, metralha, enfim tantos petrechos bellicos” (ibidem, p.70) que encontrá-los na região do CHRL corrobora o apelo cultural já debatido acima.

Imagem 26. Ponta de lança.



Fonte: acervo dos autores.

“O tenente Paestrina que os comandava tivera o peito atravessado por uma **lançada** de que morreu alguns dias depois” (TAUNAY, 1874, p. 125). Seria esta uma ponta de lança paraguaia que ceifaram as vidas dos coléricos? Talvez nunca saibamos com certeza, mas é fato que este armamento era amplamente utilizado pelas cavalarias brasileiras e paraguaias.

Imagem 27. Sabre e porta-sabre.



Fonte: acervo dos autores.

Na Mata do Cambaracê (atual Fazenda Mimoso) foi encontrada uma baioneta. Podemos aqui lembrar de um trecho onde esta peça é citada no contexto de um insulto paraguaio ao Coronel Camisão, comandante da Coluna.

Imagem 28. Baioneta da carabina Minié 14,8 mm.



Fonte: acervo dos autores.

“« Anda, cabeça pellada, « Malaventurado o general que vem por si mesmo procurar o túmulo.» Tinham ahi acrescentado: « Os brasileiros suppoem ir assistir às festas na Conception. Os nossos ahi os esperam com **bayonetas** e chumbo. »” (ibidem, p.84). Esta passagem da tomada do Forte Bella Vista retrata uma tentativa de intimidação paraguaia, frustrando uma tentativa brasileira de um avanço “pacífico”. Teria esta baioneta participado da conquista da fortificação paraguaia e posteriormente, deixada no Cambaracê por ocasião do abandono dos coléricos? Talvez nunca saibamos! Nem mesmo podemos mensurar quantas vidas terminaram na ponta de baionetas como esta!

Considerações Finais

A temática cultural é integrante da formação identitária regional. Ela é fruto de um processo simbólico, capaz de ligar um determinado grupo com seus antepassados. Contempla todo um horizonte de sentidos que vincula as pessoas, capaz de individualizá-las dentro de uma coletividade. Os equipamentos culturais materializam este simbolismo, são meios através dos quais a cultura é forjada.

Percebe-se aí que o espaço apresenta uma dimensão cultural: tangível, visível, antropizada na forma de arquiteturas de cultura como são o Museu da CER-3 e o CHRL. Corrêa (1995, p. 4) vai além, afirmando existir uma “paisagem cultural, um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço”.

A construção da paisagem cultural jardinense pode ser dividida em dois momentos: primeiramente inserida no processo de formação territorial da Bacia do Prata, tendo como ápice a Epopeia da Retirada da Laguna, no contexto da Guerra da Tríplice Aliança, ainda no século

XIX; e mais adiante, temos a instalação da CER-3, inserida na política de Estado “Marcha para Oeste”, já no século XX.

Podemos lembrar que o processo de sedentarização humana é marcado pelo início do costume de se sepultar aqueles que partiram²¹. Ao contrário disso, o CHRL tem início com o fim daqueles que não tiveram condições de ficar. Mesmo que adormecido, aquele local materializa Jardim como ponto nodal da produção territorial. Jardim regado com o sangue dos comandantes da Coluna, do ilustre Guia e demais militares e civis que permaneceram no anonimato.

O campo santo traz à tona um século e meio de ressentimentos, porém as feridas históricas que ainda permanecem abertas podem ter neste equipamento cultural uma ferramenta de reflexão, aprendizado e conciliação, para que eventos como os que ali ocorreram não se repitam mais.

A CER-3, quase oito décadas depois da Retirada, vem sacramentar Jardim como ator da produção territorial. Neste segundo momento, as terras jardinenses constituem polo da implantação do modal rodoviário no SMT. Destaca-se também a CER-3 como protagonista da urbanização de Jardim e arredores.

O Museu da CER-3 é a salvaguarda da memória da formação territorial nacional em suas duas facetas: bélica e desenvolvimentista. Neste segundo momento, foi o braço do Estado, cumprindo a função de “criar as bases” do desenvolvimento capitalista no recorte espacial determinado (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

O período pós-anos 1930, revela condicionamentos estruturais da expansão do capitalismo no Brasil. A urbanização buscou atender as necessidades da produção/acumulação, criando, a partir das aberturas de rodovias, “corredores de exportação”, como no eixo Campo Grande-Dourados (ABREU, p. 2001, p. 89). Daí a importância histórica e cultural da CER-3, por ter possibilitado a integração do SMT ao restante do país, em especial à São Paulo, além da efetiva ocupação desta porção territorial.

Fica evidente que os equipamentos culturais de Jardim são testemunhas da ação do Exército enquanto agente da formação territorial nacional, tendo implicação direta na formação sociocultural regional. Por serem amalgamadas, a atividade castrense e o processo de formação e desenvolvimento de Jardim e arredores, confundem-se, pois no final das contas integram uma mesma ação: a formação territorial regional.

²¹“O ato de enterrar os mortos criou o lugar, o espaço tipicamente humano (...) o lugar onde está o morto” (RIGHI, 2014, p.51).

A partir daqui podemos responder ao questionamento que nos é feito de forma recorrente, o porquê de termos que valorizar os equipamentos culturais existentes em Jardim: além de serem testemunhas dos dois momentos definidores da efetiva apropriação pelo Estado Brasileiro da porção territorial do atual Mato Grosso do Sul, são mais do que meros marcos históricos de um povo, modelam sua identidade regional.

Estas arquiteturas não nos deixam esquecer quem é o jardinese: um povo guerreiro com o sangue guaicuru nas veias, trabalhador de sol a sol, em busca do progresso, abrindo estradas para um futuro melhor. Por todas as razões expostas até aqui, percebe-se que zelar por estes equipamentos culturais é mais do que uma missão, um dever cívico de cada um de nós.

Referências

Acervo Histórico da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada. Jardim, 2019.

ABREU, S.. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições**. São Paulo, 2001, Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ARRAIS, M. E.. **A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões**. 2016. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V.. **História de Mato Grosso do Sul**. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

CORRÊA, R. L.. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, n. 1, p. 1-22, 1995.

COSTA, A. A.; FARIAS, P. S. C.. **Formação Territorial do Brasil**. Campina Grande: EdUEP, 2009.

DALMOLIN, J. V.; SOUZA, E. L.. **Memorial Descritivo do Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna**. Jardim: Livraria e Editora Tira-Teima, 2011.

DALMOLIN, J. V.. **Memorial Histórico do Cambaracê**. 2018.

D'ANGROGNE, M.. **Heróis Esquecidos – Perfazendo o itinerário da Retirada da Laguna**. 1926.

DOMINGUES, C. M.. A comissão de linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. **XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro:[s.n.], v. 19, 2010.

ESSELIN, P. M.; JÚNIOR, C. M. . **A Retirada Da Laguna E A Guerra Da Tríplice Aliança Contra O Paraguai**. Porto Alegre: FCM, 2018.

FILHO, L. C. R.; OTA, D. C.. Etnografia do cinema e cinejornal na Serra da Bodoquena: história e memória social nas construções identitárias de Jardim-MS. **Comunicação & Mercado**. Dourados - MS, vol. 01, n. 02, p. 194-207, nov 2012.

GRANDE, N.. **Arquitecturas da Cultura: Política, Debate, Espaço**, Porto, 2009, Tese (Doutorado. em Arquitectura) - DARQ/FCTUC, Universidade de Coimbra.

GUIMARÃES, A. V.. **Seiscentas Léguas a pé**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. "Aula Inaugural". In: ALBA ZALUAR (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 211-244.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

QUEIROZ, O. **Guia Lopes da Laguna e Jardim**. 1955.

RIGHI, M. G.. **O Homem espiritual: um estudo do sagrado - a metafísica do desejo e a formação do humano**, São Paulo, 2015, Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade Católica.

TAUNAY, A. E. **A Retirada da Laguna**. 1874.

_____. **Dias de Guerra e de Sertão**. Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1927.

Recebido em 01 de setembro de 2019.

Aceito em 04 de outubro de 2019.